

## INFORMATIVO DE ADEQUAÇÃO E COMPATIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA Nº 116/2025

**TEOR DA SOLICITAÇÃO:** Informações acerca da adequação e compatibilidade orçamentária e financeira do (a) **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 106/2025**, em atendimento ao disposto na Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação nº 1/2015.

**SOLICITANTE:** COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

**AUTOR:** Leonardo José Rolim Guimarães  
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Área Saúde, Trabalho,  
Previdência, Assistência Social e Família

## 1. SÍNTESE DA MATÉRIA

---

O Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2025, de autoria do Deputado Tião Medeiros, visa sustar os efeitos do Ato Declaratório Interpretativo (ADI) nº 2, de 2019, da Receita Federal do Brasil (RFB), que trata da presunção de ineficácia de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) no caso de exposição ao agente nocivo ruído.

## 2. ANÁLISE

---

Da análise do projeto de Decreto Legislativo, observa-se que este não gera renúncia de receitas nem cria despesas públicas. A iniciativa visa sustar os efeitos de ato administrativo infra legal que inovou indevidamente no ordenamento jurídico tributário, ao estabelecer presunções desfavoráveis ao contribuinte sem previsão legal expressa.

Nesses casos, torna-se aplicável o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.

Em adição, o art. 1º, § 2º, da NI/CFT prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos Orçamentos, sua forma ou seu conteúdo.

## 3. DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

---

Nenhum.

## 4. RESUMO

---

Em face do exposto, entendemos que não há implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e

da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do Projeto de Decreto Legislativo.

Brasília-DF, 25 de junho de 2025.

LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES  
CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA